

Entrevista com a Plataforma Cipó sobre Segurança Ambiental: Desafios Estratégicos para as Relações Internacionais

*Arthur Vieira¹
Gabrielle Alves²
Luísa Falcão³
Maiara Folly⁴*

O atual governo brasileiro tem adotado uma postura contrária às pautas ambientais em diversas arenas internacionais. Como isso impacta a inserção estratégica e a segurança do país? Há um risco real para o Estado a partir dos atritos sobre a Amazônia?

Mesmo antes da gestão de Jair Bolsonaro, o governo brasileiro já havia sido alvo de críticas internacionais como resultado de medidas que produziram impactos socioambientais negativos no plano doméstico, como foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (REPERCUSSÃO..., 2011). Ao mesmo tempo, políticas eficazes adotadas, como a forte redução de índices de desmatamento,

1 Arthur Vieira (Estagiário) é estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Harvard (EUA), com foco em desenvolvimento sustentável e desigualdade na América Latina.

2 Gabrielle Alves (Pesquisadora Júnior) é graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília, com intercâmbio na Sorbonne Nouvelle Paris 3. Reside em Brasília, onde cursa Direito e integra a Clínica de Direitos Humanos do IDP.

3 Luísa Falcão (Pesquisadora Júnior) é mestranda em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, graduada em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará e reside em Santarém.

4 Maiara Folly (Cofundadora e Diretora de Programas da Plataforma CIPÓ) possui mestrado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford e é graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

fortaleciam a tradicional postura do Brasil enquanto um importante ator em negociações internacionais relacionadas ao meio ambiente.

No entanto, nos últimos anos, o Brasil tem ido na contramão de sua própria história. O desmantelamento dos órgãos de proteção ambiental do governo federal tem contribuído para que o país fique cada vez mais isolado no plano internacional, ameaçando também a ratificação de acordos comerciais, como o firmado entre a União Europeia e o Mercosul (SHALDERS, 2020). A grande pressão na Europa (PINTO, 2020) a favor do boicote a produtos e empresas brasileiras que tenham relação com o desmatamento da Amazônia deixa claro que, caso o Presidente Jair Bolsonaro continue a promover políticas que negligenciam o meio ambiente, o Brasil continuará a sofrer consequências concretas de cunho político e econômico.

Apesar da inação do governo federal, a crescente preocupação de investidores internacionais com pautas ambientais têm forçado grandes empresas do setor agropecuário a adotarem medidas para reprimir o desmatamento em suas cadeias de abastecimento. Além disso, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades tradicionais atuam ativamente para denunciar e minimizar os impactos da postura contrária à proteção ambiental adotada pelo governo brasileiro. Enquanto o Estado brasileiro se isola, atores não governamentais ganham cada vez maior espaço na arena internacional, onde agem para que a responsabilidade socioambiental seja promovida no Brasil a despeito da postura de lideranças políticas a nível federal.

As mudanças climáticas trazem a perspectiva de eventos climáticos extremos mais frequentes e degradação do meio ambiente. Quais ameaças à segurança de comunidades, especialmente no Brasil, surgem desse contexto?

Vivenciamos um contexto em que as mudanças climáticas atuam como multiplicadoras de ameaças e desafios já existentes e, em alguns casos, produzem novos riscos. No Brasil, os principais grupos afetados por catástrofes socioambientais são a população de baixa renda, indígenas e outras comunidades tradicionais, trabalhadores precarizados e a população negra, inclusive os quilombolas – ou seja, grupos que já enfrentam processos violentos de periferação, insegurança alimentar e migrações forçadas relacionadas a desastres.

Um estudo da UERJ (RACISMO..., 2015) demonstra, por exemplo, que os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco foram mais severos nas áreas de maior população negra, como os subdistritos de Bento Rodrigues (com uma população 84,3% negra) e de Paracatu de Baixo (80%). Com as mudanças climáticas, que intensificam períodos de chuvas fortes (ESTUDO..., 2020), a devastação provocada em cenários como o de Mariana deve se agravar.

Entre os eventos climáticos extremos mais frequentes no Brasil constam as secas prolongadas, inundações e erosões, que são capazes de provocar danos de longo prazo, e até mesmo irreversíveis, à segurança e aos modos de vida de populações afetadas. Muitas delas ficam sujeitas a graves violações de direitos humanos, incluindo ameaças ao direito à água, ao saneamento e à saúde, conforme observado diante do aumento da incidência de doenças cardiovasculares e respiratórias relacionadas à poluição do ar (DUCHIADE, 1992) e a incêndios florestais.

Outro exemplo desta dinâmica de violações de direitos foi observada diante da intensificação do processo erosivo aliado às fortes ressacas do mar no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (YAMAOKA *et al.*, 2019), em São Paulo, que resultou no deslocamento forçado da comunidade tradicional caiçara da Enseada da Baleia.

Embora os eventos climáticos extremos ameacem desproporcionalmente grupos tradicionalmente marginalizados, a falta de dados desagregados por gênero, raça, classe e etnia ainda provoca uma invisibilização dos desafios que enfrentam, contribuindo também para uma ausência de políticas públicas que levem em consideração suas necessidades específicas. Em setembro de 2020, por exemplo, diversas violações ao direito de consulta prévia dos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais brasileiras foram relatadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI, 2020).

Portanto, é fundamental que sejam formuladas políticas públicas voltadas à prevenção, adaptação e mitigação dos eventos climáticos extremos que levem em consideração o impacto diferenciado sobre determinados grupos – tanto em zonas rurais quanto nas cidades. Para isso, é necessário um amplo diálogo entre o poder público, organizações da sociedade civil e populações e comunidades locais,

de forma a garantir que grupos afetados também sejam parte central de soluções que tornem eventos climáticos menos frequentes e devastadores.

Nos últimos anos, os Estados Unidos têm se afastado das negociações internacionais ambientais, enquanto a China parece buscar maior inserção, como sugere a realização da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica em Kunming no ano que vem, por exemplo. Considerando o cenário internacional, como a questão ambiental pode ser instrumentalizada nas disputas entre as grandes potências? É uma arena prioritária?

A questão ambiental pode ser instrumentalizada de diferentes maneiras nas disputas entre as grandes potências, com impactos para a política doméstica e externa de diferentes países. Domesticamente, líderes políticos costumam assumir posturas e compromissos ambientais mais ou menos ambiciosos de acordo com a pressão do seu eleitorado e sua base de apoio. Por exemplo, em agosto de 2020, ao condenar o desmatamento da Amazônia e a política ambiental do Presidente Jair Bolsonaro (PARA..., 2019), o presidente francês, Emmanuel Macron, acenou a um eleitorado francês “verde”, cada vez mais preocupado com os impactos das mudanças climáticas. Assim, a postura de desmonte na área ambiental promovida pelo governo Bolsonaro tornou-se um alvo fácil para líderes políticos que são cobrados internamente para que ajam de maneira a garantir que as responsabilidades na área climática sejam respeitadas por todos os países, sobretudo aqueles com os quais possuem relações comerciais estreitas.

No cenário internacional, a questão ambiental é, cada vez mais, uma arena de disputas de influência e poder. O afastamento dos EUA (segundo maior emissor de gases do efeito estufa do mundo) das esferas de discussões ambientais multilaterais após a eleição do Presidente Donald Trump deixou um vácuo na liderança internacional climática. Ao passo que, nos últimos anos, os EUA abandonaram o Acordo de Paris e enfraqueceram as suas metas para ajudar a manter o aumento da temperatura do planeta inferior a 2 graus, a China, maior emissor de gás carbônico do planeta, passou a assumir compromissos ambientais cada vez mais ambiciosos. Isso inclui a nova meta de neutralidade de carbono a ser atingida até

2060 anunciada pelo Presidente chinês, Xi Jinping, na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2020 (CHINA..., 2020).

Com a eleição de Joe Biden para a presidência dos EUA, é razoável prever que a crescente competição entre a China e os Estados Unidos por preponderância no cenário internacional se estenda à área climática e ambiental. Biden já declarou que os EUA retornarão ao Acordo de Paris no primeiro dia de sua presidência e anunciou que o país apresentará novas metas climáticas e aumentará o investimento em energias renováveis. Por outro lado, a China é hoje o maior produtor de energia renovável do mundo, respondendo a quase um terço da energia limpa global, além de ser o maior investidor em novas tecnologias renováveis (CAETANO, 2020). Portanto, os novos compromissos climáticos ambientais estadunidenses não apenas significam uma preocupação ambiental mais responsável e engajada, mas também um reposicionamento estratégico dos EUA, que buscam ser mais competitivos em relação à China na conquistas de novos mercados, que serão muito voltados à economia verde e à geração de energia limpa. Do ponto de vista ambiental e climático, o planeta só tem a ganhar com uma corrida por metas climáticas mais ambiciosas e investimentos sustentáveis mais robustos por parte das duas maiores potências mundiais.

Referências

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI. Violações ao direito de consulta prévia de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são denunciados na CIDH. **Conselho Indigenista Missionário**, 09 out. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/violoacoes-direito-consulta-previa-povos-indigenas-quilombolas-comunidades-tradicionais-cidh>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CAETANO, Rodrigo. O paradoxo China: a líder em energia renovável volta a investir em carvão. **Exame**, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://exame.com/esg/o-paradoxo-china-a-lider-em-energia-renovavel-volta-a-investir-em-carvao/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CHINA promete ser “neutra em carbono” até 2060. **Valor**, 22 set. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/09/22/china-promete-ser-neutra-em-carbono-at-2060.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2020.

DUCHIADE, Milena P. Poluição do Ar e Doenças Respiratórias: Uma Revisão. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 311-330, jul./set. 1992. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0530.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ESTUDO alerta para aumento de até 2,1°C na Bacia do Rio Doce. **A Gazeta**, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/estudo-alerta-para-aumento-de-ate-21c-no-es-apos-tragedia-de-mariana-0720>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PARA Macron, Amazônia é ‘bem comum’ e pede ‘mobilização de potências’ contra desmatamento. **G1**, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/24/para-macron-amazonia-e-bem-comum-e-pede-mobilizacao-de-potencias-contr-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Cresce na Europa pressão contra produtos brasileiros. **Valor**, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/07/12/cresce-na-europa-preso-contr-produtos-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RACISMO ambiental no desastre em Mariana. **Justiça Global**, 27 nov. 2015. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/racismo-ambiental-no-desastre-em-mariana/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

REPERCUSSÃO internacional de Belo Monte preocupa governo brasileiro. **Deutsche Welle**, 19 fev. 2011. Disponível em: <https://p.dw.com/p/10K7Y>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SHALDERS, André. Política ambiental brasileira está travando acordo Mercosul-UE, diz embaixador europeu no Brasil. **BBC News Brasil**, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55320832>. Acesso em: 22 dez. 2020.

YAMAOKA, Juliana Greco *et al.* A comunidade caiçara da Enseada da Baleia e a sua luta pelo território – Cananéia (SP). **Guaju**, Matinhos, v. 5, n. 1, p. 138-165, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/66211/39244>. Acesso em: 22 dez. 2020.